

História e memória na análise do vulto nacional: Bernardo Sayão e a síntese do heroísmo brasileiro (1941-1959)

Marcelino de Carvalho Santana

Resumo

O presente artigo traz, como proposta, uma análise da construção do heroísmo sobre a figura de Bernardo Sayão. Partiu-se da hipótese de que a própria narrativa, somada às estruturas, nas quais o personagem esteve inserido, contribui para a edificação de um perfil que rememora os feitos dos grandes vultos do passado. O heroísmo de Sayão emerge de um período assinalado por profundas transformações no interior do Brasil, assinaladas por projetos como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), a rodovia Belém-Brasília e construção de Brasília, os quais impulsionariam o desenvolvimento da nação. Respalado pela teoria da História, pela biografia e pela análise documental, de discursos proferidos de divisões políticas e de imprensa, além do cruzamento e comparação de dados, buscou-se destacar detalhes do processo de construção desse heroísmo, a autenticidade de suas ações e dos dados de reconhecimento coletivo que atestam a semelhança de seus feitos com a de outros vultos que o antecederam.

Palavras-Chave: Belém-Brasília. Bernardo Sayão. Vulto. Narrativa.

History and memory in the analysis of the national value: Bernardo Sayão and the synthesis of Brazilian heroism (1941-1959)

Abstract

This article presents, as a proposal, an analysis of the construction of heroism on the figure of Bernardo Sayão. It started from the hypothesis that the narrative itself, added

to the structures, in which the character was inserted, contributes to the construction of a profile that recalls the achievements of the great figures of the past. Sayão's heroism emerges from a period marked by profound transformations in the interior of Brazil, marked by projects such as the National Agricultural Colony of Goiás (NACG), the Belém-Brasília highway and the construction of Brasília, which would boost the development of the nation. Supported by the theory of History, biography and documentary analysis, speeches given from political divisions and the press, in addition to the crossing and comparison of data, we sought to highlight details of the process of construction of this heroism, the authenticity of its actions and the collective recognition data that attest to the similarity of his deeds with those of other figures who preceded him.

Keywords: Belém-Brasília. Bernardo Sayão. Figure. Narrative.

Texto integral

Introdução

Entre os que se dedicaram à escrita da história, seus domínios e métodos, há uma fileira que atenta para a sutileza da linha que separa história e biografia (SCHMIDT, 2012). Com isso, advertimos que esse artigo constitui uma reflexão acerca da narrativa histórica e da disposição dos fatos, enquanto componentes na construção do heroísmo sobre quaisquer personagens. Entre os fatores mais presentes na concepção das representações e na fixação destas no imaginário coletivo de modo a conduzir a sociedade, destacam-se a vida pública do indivíduo, sua ocupação, suas concepções e suas perspectivas em relação ao progresso.

Considera-se que a construção de um herói nacional, da estirpe de Tiradentes, por exemplo, constituiu um projeto de longo alcance, cujo objetivo central era estabelecer uma “ordem” no Brasil, depois de proclamada a sua Independência, como método de unificação para um país que existia enquanto território, mas não enquanto nação (CAINELLI, 2004). No que diz respeito ao contexto regional, a atuação de homens e mulheres – em diferentes épocas e lugares – instiga no pesquisador o desejo

de descrever, não unicamente acerca do contexto em volta, mas reunindo cada detalhe de suas vidas de forma mais intensa. Essa é uma característica a cingir a figura de Bernardo Sayão, a qual é evocada sempre que o desbravamento do Planalto Central do Brasil é posto em debate.

A alcunha de “bandeirante moderno”, associada postumamente a Sayão, derivou do processo tardio de modernização do estado de Goiás, o qual tinha como demanda maior a conexão entre lugares, fator que tornou o ambiente propício ao seu uso de modo irrestrito. Há que se dizer que a formulação do bandeirante por Ricardo (1970) parece disfarçar uma tentativa de transplantar a imagem deste que, em sua gênese, remete a um herói regional paulista, tornando-o nacional, de modo a conter a insatisfação de São Paulo que, desde a Revolução Constitucionalista de 1932, via a centralização política do governo Vargas com pouca simpatia. Concomitantemente, a alcunha rememora figuras marcantes da história local a exemplo de Bartolomeu Bueno da Silva (1647-1740), o “Anhanguera”, e seu pai duplamente homônimo, presentes na memória coletiva dos goianos como elementos constituintes de uma tradição que atravessa mais de dois séculos.

De fato, Bernardo Sayão não recupera o estereótipo “aventureiro” do bandeirante, movido pela gananciosa e, muitas vezes, egoísta busca por riquezas. Seu perfil projetista o sagrou como artífice do nacional-desenvolvimentismo, tanto pela via fundiária, através do plano de reforma agrária assentado na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), como pela liberação dos fluxos, a partir da construção da Belém-Brasília. O locus, no qual ele se construiu como mártir desse processo, teria se erguido a partir da ação de homens como o General José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), cuja atuação tencionava dinamizar o comércio regional, através da navegação fluvial, e/ou Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), requisitado como protagonista central no contexto de modernização de Goiás. Além daqueles que se notabilizaram

pelo Planalto Central, cabe citar os feitos do Marechal Cândido Rondon¹ pela Bacia Amazônica, os quais ressoaram nos tempos de Sayão.

Com relação à historicidade de sua figura, nota-se nele a forte herança da tradição do desbravamento do Brasil, da mesma forma como ocorreu com outros que se lançaram nesse tipo de aventura, marcada pela forma fatídica, exaustiva, desgastante e perigosa de sua realização. Enquanto vulto notável, Bernardo Sayão reúne, em torno de si, a efigie do homem moderno, criativo, inclinado às transformações e disposto a enfrentar a “velha ordem”, a partir de formas mais sofisticadas. Essa projeção da imagem do tipo destemido, atlético, bem afeiçoado, gentil, culto, porém singelo, o qual tratava os seus pares com um decoro pouco visto no perfil do antigo “coronel”, ganha dimensões em uma época em que a bravura de um homem se restringia à arma que este trazia na cintura.

Por último, a morte precoce, em plena lida, recupera o rito “sacrificial” em favor de uma causa coletiva, isto é, de todos aqueles que ansiavam as transformações indispensáveis na redução das desigualdades regionais do país, forjou em Sayão o mito, ora aclamado por aqueles que viam nele um agente do progresso, ora odiado por aqueles que condenavam os projetos, nos quais ele esteve envolvido, como responsáveis pelas contradições ratificadas no país, as quais inaugurariam o debate acerca do desenvolvimento regional em contraste à preservação do meio ambiente. Respalado nessas proposições, justifica-se o levantamento bibliográfico e documental como base para uma abordagem envolvendo um dos últimos vultos do processo de interiorização do Brasil.

A construção do heroísmo como forma de integração da sociedade brasileira

¹ Cândido Mariano da Silva Rondon, nasceu em 5 de maio de 1865, em Santo Antônio de Levenger, no estado do Mato Grosso, e faleceu em 19 de janeiro de 1958 no Rio de Janeiro. Foi um coronel reformado do Exército Brasileiro, cujo título de “marechal” era apenas honorário, recebido em 1955 em homenagem, feita pelo Congresso Nacional, aos seus 90 anos. Contudo, o ícone ficou eternizado com essa nomenclatura, nisso se justifica o seu uso generalizado ao longo da redação.

O caráter prosaico da colonização do Brasil, divulgado a partir das primeiras “letras historiográficas”, por Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), procedeu de uma espécie de pacto entre o conservadorismo e o positivismo, sistemas de ideias caracterizados pela obsessiva formulação de leis gerais. Aos conservadores, presentes desde o início, interessava a manutenção da imagem heroica do desbravador português, enquanto que o positivismo, mais influente durante as décadas que antecederam e sucederam a Primeira República, concebia a possibilidade de se elencar outros “padrões”, presentes na vida da sociedade, mas que a multiplicidade e a diversidade da experiência histórica tendiam a ocultar (BARROS, 2011).

No que diz respeito aos primeiros vultos, captadas por essa escrita, o que se percebe é uma combinação rústica e de dúbia personalidade. A representação do “pai histórico” ou do “Adão sem culpa²” repousa sobre as individualidades durante a colonização, a exemplo de Diogo Álvares Correia³ (1475-1557) e João Ramalho Maldonado⁴ (1493-1580), atores em uma intensa trama de aproximação entre colonizador e colonizado. A atuação deste último abriria caminho para a fundação de uma dinastia mameluca⁵, o qual foi, em seguida, associado ao “bandeirante” ou ao “sertanista”, personagens que, de modo geral, atrairiam o prestígio de todos em razão da audácia e da aptidão persuasiva diante dos indígenas, com os quais foram sempre retratados na literatura (RICARDO, 1928).

² Expressão descrita por José de Santa Rita Durão em seu poema “Caramuru”, de 1781. Cf. DURÃO, 2003.

³ Popularizado como “Caramuru” (tupi: *karamu’ru*, moreia), o apelido teria relação com a forma com que esse naufrago foi encontrado em meio aos recifes na praia. Conviveu com os Tupinambás desde que pisou em terras brasileiras, casando-se com a filha de um cacique. Cf. GUARACY, 2015, p. 29-35.

⁴ Vulgo “Piratininga” (tupi: *pirá*, peixe *tinga*, seco) cuja história se assemelha à de “Caramuru”. No entanto, as motivações para a sua vinda para o Brasil são desconhecidas. Com base nos relatos do frei jesuíta Gaspar da Madre de Deus, sabe-se apenas que conviveu com as etnias Tupiniquins, tornando-se amigo do cacique “Tibiricá” e que teria se casado com a filha de outro cacique. Cf. *Ibidem*, op. cit., p. 29-35

⁵ Mameluco (árabe: *mamlūk*, escravo ou criado) é um eufemismo para o elemento obtido do cruzamento entre indígenas e europeus. Os portugueses já haviam se mestiçado antes da conquista do Brasil, a partir de suas relações com mouros e africanos. Cf. FREYRE, 2006, p.56-164.

Varnhagen (2020), que foi um representante do conservadorismo, hostil ao “estado selvagem” dos indígenas, buscou erradicar com quaisquer vinculações entre o presente e o passado nativo do Brasil. Para ele, o “português”, que quase não havia degenerado a sua filiação galego-asturiana, nem corrompido o valor de suas articulações latinas, deveria manter-se dessa forma. Em decorrência do nível de “degeneração” em que se achavam os nativos, o futuro da nação não poderia ter suas raízes fincadas nesse *ethos*, mas no *ethos* gerado pelos desbravadores, conservando-se, desta forma, o vínculo com a “pátria-mãe”. Em contrapartida, a memória nativa limitar-se-ia à ficção, tal como se observa na extensa literatura nacional, como “anti-modelo” para se pensar o futuro da nação.

Com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, já se observa um esforço em prol de se instituir um tipo ideal de herói para a nação. Em regra, oriundo das camadas abastadas da sociedade, possuidor de uma linhagem “pura”, aos moldes de Varnhagen, e de apreciável erudição. O intuito era oferecer uma historiografia ao gosto das elites nacionais, detentoras do poder de decisão e do controle dos aparelhos de repressão. Não obstante, buscava-se unir a sociedade em torno de uma compreensão única da história, neutralizando assim os potenciais levantes separatistas, provenientes do recente processo de independência no Brasil (CARVALHO, 1990).

Desde então, a construção dos vultos nacionais se viu caracterizada pelo desafio de reunir, em um único perfil, a requinte das elites e a afabilidade das camadas populares. Apesar de não explicar, esse procedimento abre uma hipótese para a causa da anulação ou negatização do protagonismo de alguns vultos surgidos em períodos anteriores. Presume-se que personagens formidáveis como Potiguaçu⁶ (±1600-1648), Henrique Dias⁷ (?-1662) e Zumbi dos Palmares (1655-1695) tenham sido desprezados em razão

⁶ Antônio Filipe Camarão (tupi: *potĩ*, o camarão; *guaçú*, grande) ou apenas “Poti”, líder da etnia *potiguar* que se destacou como o primeiro indígena a se tornar fidalgo e por ter organizado uma frente de resistência contra as tropas de Maurício de Nassau na Batalha dos Guararapes de 1648.

⁷ Outro herói da Batalha dos Guararapes que, mesmo gravemente ferido na mão esquerda, havia sido decisivo na vitória brasileira. A Lei Federal nº 12.701, de 2012, reconheceu Henrique Dias, Filipe Camarão, André Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira como Heróis da Pátria.

de seus fenótipos, ou seja, o fato de serem negros e/ou indígenas, de antemão, teria impossibilitado maiores prestígios, diante de uma atmosfera dominada pela “teoria das raças” e pela eugenia.

Taunay (1922), em compilação encomendada pelo Museu Paulista, apresenta 32 vultos da independência, dos quais somente três descendem de famílias não abastadas, sendo duas mulheres, a abadessa Joanna Angélica de Jesus (1761 -1822), morta por um soldado das tropas portuguesas que lhe perfurou o peito com uma baioneta, às portas do Convento da Lapa/BA, onde residia, e Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1792-1853), que havia lutado aguerridamente durante a guerra pela independência, numa época em que as mulheres eram praticamente anuladas da vida social. Para se ajuntar às tropas da Bahia, Maria Quitéria teve que se vestir como homem e adotar o pseudônimo de “José Maria”. A terceira figura listada foi Antônio Pereira Rebouças (1798-1880), descendente de povos escravizados no Brasil, portanto, originário de berço humilde, foi pai de André Rebouças (1838-1898), um dos mais notáveis abolicionistas de seu tempo.

Como já dito, as primeiras escritas historiográficas oficiais se fizeram inspiradas no *ethos* do desbravamento, sendo que uma grande parte havia adotado a “convivência” como metodologia básica. Von Martius, enquanto representante dessa escola, recomendava, aos historiadores de sua época, viajar pelas regiões a fim de adquirir uma visão panorâmica do território, eficiente em aconselhar o imperador – visto por ele como figura central da história nacional brasileira – em suas tomadas de decisão.

Desde cedo, Von Martius havia compreendido que, pelo fato de se tratar de um território de dimensões continentais, o Brasil sustentava profundas diferenças regionais, as quais variavam entre as distintas paisagens naturais, os diferentes povos, as inúmeras paixões e, por conseguinte, as novas demandas (REIS, 2003). Inicialmente, a tarefa do historiador seria reunir esses elementos heterogêneos para, a partir deles, formular uma síntese eficaz em promover a superação de estereótipos e preconceitos que distanciavam as regiões uma das outras. Tal síntese implicaria no diálogo, entre as interpretações vigentes, mediado pela reciprocidade do “reconhecimento” e da “contrastação” (REIS, 2003). Não obstante, para que fosse acolhida, essa interpretação

careceria das “lentes” do patriotismo, de modo a dissipar a desconfiança das populações regionais, evitando-se, dessa forma, os levantes que pusessem em risco a integridade do território ou a estabilidade do Império.

Esta forma de lidar com a questão territorial, divulgada através dos escritos do IHGB, foi absorvida pelas autoridades nacionais, tornando-se parte constituinte da política sustentada durante o Segundo Império e, em parte, na Primeira República. Por mais árdua que se revelasse essa tarefa, o anseio por uma história nacional, capaz de legitimar o poder do governante, já estava previsto nas origens do IHGB. Sua proposta fundante consistia em recuperar do passado as referências luso-brasileiras adequadas, a saber, os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e pelas qualidades (REIS, 2003). De modo geral, o objetivo era fazer da história nacional um memorial dos antepassados lusitanos, de modo a torná-los modelos para as futuras gerações.

Com a Proclamação da República (1889) novos ideais foram sendo adicionados à escrita histórica, desta vez, advindos das três ideologias dominantes do período, a saber, o liberalismo, o jacobinismo e o positivismo. O positivismo havia se revelado o mais afoito em seu ideário civilista de alcançar o imaginário, a fim de recriá-lo dentro de uma redoma de valores e princípios republicanos (CARVALHO, 1990). Em termos gerais, a noção de “civilização”, recuperada da colonização, concebia as três raças, todavia, colocando o europeu no topo de uma hierarquia idealizada. Assim sendo, a construção de vultos, como referenciais a serem seguidos, tornara-se uma prerrogativa a satisfazer os anseios coletivos e, ao mesmo tempo, conter as potenciais insurreições, sobressaindo-se, neste caso, aqueles que sintetizavam os aspectos constituintes da sociedade de seu tempo (BLOCH, 2002).

Essa busca por novos valores se intensificou a partir das missões de desbravamento no final do século XIX em diante, a começar pela Missão Cruls, em 1892, pelas expedições chefiadas pelo Marechal Cândido Rondon, ícone central dessa etapa, ou pela expedição Roncador-Xingu, dirigida, primeiramente, pelo Coronel Flaviano de Mattos Vanique e, em seguida, pelos irmãos Cláudio e Orlando Villas-Bôas. Essas ações

estiveram incumbidas de uma sondagem mais densa do Planalto Central e da Amazônia, regiões sobre as quais as informações oficiais remanesciam dos itinerários dos viajantes naturalistas estrangeiros do século XIX, sendo incrementadas por especulações oriundas do senso comum.

Além disso, o “velho espírito do desbravador” via-se revitalizado, uma vez que as próprias condições naturais, como o difícil acesso por caminhos longínquos e tortuosos, em condições de risco, tanto pelas epidemias como pelos potenciais conflitos com indígenas, contribuiria para a construção do heroísmo sobre diferentes espíritos (REIS, 2003). Por sua vez, as primeiras orientações do IHGB, sugeridas no passado por Von Martius, em relação ao “fazer historiográfico”, não estiveram deslocadas dos rumos tomados pelos governantes ao longo desta etapa. Deste modo, a escrita histórica esteve associada à prática de pesquisa, gênero literário ou forma de registro de processos e acontecimentos, distinta da História contemporânea, vinculada a uma dimensão teórica, a qual reivindica, de maneira exclusiva, a cientificidade de sua interpretação dos fatos (BARROS, 2011).

Para o historiador, narrar uma história não é revivê-la, mas incide em uma operação cognitiva, a qual, por sua vez, exigirá uma teorização (REIS, 2012). Trata-se, portanto, de uma análise dentro de um tempo histórico – sobre o qual serão erguidas as personalidades, conforme será tratado mais adiante – e do caráter heroico procedente da forma de narrativa dos fatos. Acerca disso, o Brasil não foge à regra no que tange à busca pelo aprimoramento de sua narrativa, oferecendo-lhe um aspecto cada vez mais triunfante. Por conseguinte, o que caracteriza essa narrativa é a abertura para a sua reescrita, fator que permite a gestação de personagens-chave, imprescindíveis à manutenção das relações de poder.

Apesar de concreto, indiferente das interpretações a ele direcionadas, não é sempre que ocorre a possibilidade de interpretação definitiva do fato histórico. Implícito aos novos métodos de escrita da História e tendo a cultura como um de seus elementos constituintes, o relativismo cultural oferece possibilidades para essas distintas interpretações e releituras (BURKE, 2012). Ainda que sujeita a críticas, essa perspectiva

traz, como fator positivo, a possibilidade de se distinguir, na História, entre o que é “central” e o que é “periférico”, o que permite compreender a razão, pela qual, alguns aspectos são mantidos, entre um fato histórico e outro, enquanto que outros se dissipam completamente.

Na narrativa envolvendo a figura de Bernardo Sayão, por exemplo, a imagem do bandeirante é recuperada em representações mais sofisticadas do que as que aparecem em períodos anteriores. Por seu turno, o aspecto “bandeirantista” de sua saga obedeceria à dinâmica inovadora da missão a ele confiada. Ricardo (1970) havia situado a qualidade do bandeirante em sua habilidade em conectar os diferentes tipos presentes no interior Brasil. Não diferente, Sayão, a partir da junção de forças advindas de distintos braços, aspirou encontrar a energia capaz de garantir a execução dos projetos em que esteve envolvido.

Durante o período em que esteve à frente da CANG, Sayão já ocupava uma posição de centralidade, haja vista que o empreendimento reunia, em torno de si, indivíduos vindos de diferentes partes do país, o que contribuiu na construção de sua imagem paterna. Acerca disso, o jornalista Antônio Callado escreveu:

[...] o plano das Colônias Agrícolas era fundar essas grandes fazendas a fim de que elas atuassem como um ímã sobre as chamadas populações pseudonômades do interior — na realidade gente sem nenhum peso econômico, sem nenhuma oportunidade, e que flutua pelo país numa vida de felá. (CALLADO, 1959, p. 20-23).

A morte precoce, em plena vitalidade expansiva, alude ao sacrifício presente em vultos que o antecederam, a exemplo do próprio presidente Vargas, seu contemporâneo, ou de Tiradentes, em um período mais remoto. Ainda que se afirme que a morte tenha sido categórica na criação do mito, é possível antecipar o seu heroísmo no embate promovido contra a “velha ordem” estabelecida em Goiás. Tal fato havia incitado a cólera, por parte da camada “rotineira”, em relação a Sayão, caso contrário, não teria sido ele demitido da CANG e compelido, por comissões de

inquérito, a deixar Goiás após acumular incontáveis processos administrativos intermediados por seus desafetos políticos (PASSOS, 2013).

Nota-se que, embora a conduta “antiburocrática” de Sayão tivesse sido apreciada pelos seus pares, como uma atitude que primava pela rapidez na execução dos projetos, não se deve ignorar a sua apatia em relação ao contexto político nacional. Ao que parece, a entrega total ao ofício e a constante fuga, em relação aos encontros na capital do país (Rio de Janeiro), privaram Sayão de uma leitura crítica de seu entorno, impedindo-o de captar o levante dos partidos políticos pelas regiões, sem qualquer intervenção do governo federal, fato que colocava em risco os projetos desenvolvimentistas idealizados por Getúlio Vargas, a exemplo da CANG (PASSOS, 2013).

Apesar da presença da retórica, conforme se observa nos relatos, a narrativa da saga de Sayão não se ampara na ficção. As “linhas de falha” de suas ações provêm da ausência de malícia na lida com o mundo à sua volta, podendo ser, simultaneamente, negativadas como *déficit* de estratégia, ou positivadas como despreensão em relação aos interesses políticos. De modo que não há, em suas ações, lacunas instáveis a serem preenchidas por conteúdo extraoficial, tal como ocorre na literatura sobre Tiradentes⁸, haja vista que, diferente do inconfidente, Sayão foi assistido e documentado em tempo real.

Na proposta de abordagem proveniente da *Nouvelle Histoire*, considera-se o caráter filosófico, sociológico, econômico, político e cultural dos fatos, outrora narrados de forma puramente descritiva. Ao fazer referência a alguns de seus predecessores⁹ o fundador da “Escola dos Annales”, Marc Bloch (1886-1944), ressalta que, ao longo da investigação do passado, encontrar o homem, em seu respectivo tempo histórico, é a tarefa elementar do historiador. Não se trata apenas de uma descrição biográfica, mas do resgate da atmosfera da qual respira o personagem investigado. É imprescindível que a vida do biografado esteja vinculada ao contexto externo, caso contrário, tornar-se-á,

⁸ Joaquim Norberto de Souza Silva em “História da Conjuração Mineira”, de 1873, denunciou a conversão do “ardor político” do inconfidente em “fervor religioso” pelo sistema. Cf. CARVALHO, 1990, p. 55-73.

⁹ Jules Michelet (1798-1874) e Fustel de Coulanges (1830-1889).

essa história, uma narrativa constituída de simples sequência cronológica de fatos, sem relevância científica.

De fato, a História não se ocupa de um único objeto, antes, estabelece elementos comuns a quaisquer objetos, desde que se relacionem com o seu lugar no passado. Cardoso (1981) define o objeto da História, que ele chama de “anterior”, como tudo aquilo que antecede algo, o que implica na diferenciação entre história e memória. No que tange à “memória”, nem sempre o objeto estará preso ao passado, na maioria das vezes ele se situa no tempo presente, fator que vinculará o seu alcance ao nível da capacidade que uma determinada sociedade tem de manter vivas suas diversas lembranças. O fato de Bernardo Sayão ter sido narrado em seu tempo, como parte da “memória” coletiva vigente, *per se*, exigiria o resgate de elementos oriundos da “história”, a exemplo do “bandeirante”, como condição a conferir-lhe uma forma ordenada e coerente com esse tempo e com ambiente em que se deram os fatos (MOTTA, 2012).

De acordo com Motta, (2012), a memória estabelece uma linha reta com o passado, a qual é nutrida por lembranças vagas, contraditórias e poucos reflexivas em relação às fontes capazes de embasá-las, mas que deve ser considerada na descrição do fato. Cardoso (1981) destaca que Varnhagen, em sua obra “História Geral do Brasil”, de 1870, já havia traçado procedimentos para separar os fatos anteriores (história) dos posteriores (memória) à Independência do Brasil, numa época em que tal preocupação não ocupava lugar central na atividade historiográfica.

Outro fenômeno, intrínseco à análise dos fatos, manifesta-se a partir de informações que induzem o observador à sensação de repetição ou de rememoração. Uma hipótese para isso estaria nas motivações humanas, a saber, as necessidades, as paixões, os interesses, as qualidades, os talentos entre outras, dos quais decorre o fato histórico e que são comuns a todos os indivíduos¹⁰. Não obstante, a dramaticidade,

¹⁰ É dessa transcrição que Marx retirou a suntuosa frase com a qual abre a sua obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*: “Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. Cf. MARX, 2011, p. 9.

presente na narrativa, procede dos objetivos universais, tais como benevolência (nobre patriotismo) e virtude, tidos como “aperitivos” dentro do quadro de possibilidades da História (HEGEL, 2001). Por último, a conservação da memória coletiva permitirá que, com certa frequência, os fatos apresentem similaridade entre si, quer seja como valorização das representações do imaginário social coletivo ou como usos políticos do passado pelo presente.

Como exemplo disso, a Inconfidência Mineira (1789-1792) havia adotado formas e conteúdos análogos aos que estiveram presentes na Revolução Francesa (1789-1799). Por ora, essas formas e conteúdos teriam procedido do paradigma iluminista, no qual os dois episódios encontravam-se situados. Maxwell (2001) aborda a Inconfidência Mineira como parte da história, como produto de seu tempo, a saber, a segunda metade do século XVIII, que assistiu as muitas discussões de tentativas de reforma imperial. Nesse sentido, Brasil e França teriam se servido da “crise do antigo regime” para conduzir seus feitos, conforme as suas possibilidades. Assim, conclui-se que as semelhanças (rememorações) assinaladas entre a Inconfidência Mineira e a Revolução Francesa, não decorreram de meras imagens projetadas do passado, haja vista que os eventos são contemporâneos entre si, mas do efeito que as forças sociais produziram sobre a presente época referida (MOTTA, 2012).

Segundo Reis (2003), a construção dos “varões preclaros” tornou-se uma exigência na historiografia nacionalista brasileira, diligenciada por interesses políticos desde os seus primórdios. Com o aparecimento da “Nova História Política”, no último quartel do século XX, houve uma retomada dos escritos biográficos, processo que tencionava recondicionar o indivíduo ao seu papel de sujeito histórico e de protagonista diante dos acontecimentos (PEREIRA, 2015). No entanto, é preciso se atentar para certos critérios na utilização das biografias e/ou das chamadas “histórias de vida”, haja vista que são, com certa frequência, desqualificadas como “noções do senso comum”, entrando como contrabando no universo científico¹¹ (BOURDIEU, 2006). Do mesmo

¹¹ Um exemplo é a biografia de Bernardo Sayão escrita por sua filha Léa Sayão (1927-2011). Apesar de apaixonado, o livro é enriquecido de informações de caráter íntimo-familiar, além do fato da autora ter

modo, a adequação desse material, como fontes históricas apropriadas para uma investigação objetiva, tornar-se-á um desafio tão árduo quanto o trabalho do biógrafo, sobretudo, quando este se revela próximo ao biografado, fator que deverá exigir uma filtragem das descrições partidaristas e apaixonadas do relato.

Ainda que se tenha traçado o campo da “escrita da História” para refletir acerca do vulto Bernardo Sayão, os desafios da análise biográfica são inumeráveis, já que se trata de algo que beira o senso comum, o qual, por sua vez, descreve a vida – início, meio e fim – sobre uma retórica apaixonada. Não obstante, o final dessa descrição é sempre apresentado em tom triunfante, “como se estivesse descrevendo um caminho, uma estrada, uma carreira cheia de ardis e até emboscadas” (BOURDIEU, 2006).

Conforme Bloch (2002), por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, ou seja, os artefatos ou as máquinas, por trás dos escritos aparentemente mais insulsos e das instituições visivelmente mais desconexas daqueles que as criaram, são os homens que a história pretende capturar. É sobre os ombros destes homens – entre os quais Sayão se notabiliza – que recai a responsabilidade pelas alterações ratificadas no tempo e no espaço.

Repetições e memórias: quem foi Bernardo Sayão e o que ele herdou de Rondon?

Bernardo Sayão de Carvalho Araújo nasceu em 18 de julho de 1901 na cidade do Rio de Janeiro. Formou-se engenheiro-agrônomo pela Escola de Agronomia Luís de Queirós em Piracicaba/SP em 1923. Do primeiro matrimônio com Lygia Mendes Pimentel nasceram Laís e Léa, do segundo, com Hilda Fontenele Cabral, após ter ficado viúvo, vieram: Fernando, Bernardo, Lia e Lilian. De acordo com Passos (2013), tratava-

acompanhado a trajetória do biografado como testemunha ocular. A obra pode ainda ser classificada como uma história “vívda”, mas não história “pensável”. A história vivida busca restaurar um esquecimento e encontrar os homens através dos traços que eles deixaram. Quando se trata de trabalhos produzidos por personagens que viveram o fato, estes são conceituados como relatos. Em contrapartida, a história pensável, conduzida pelo confronto de séries e informações, leva o historiador às hipóteses metodológicas de seu trabalho. Cf. CERTEAU, 1982, p. 40-50.

se de um sujeito obcecado pelo ofício, que, apesar de instruído, era descomplicado quanto ao trato com as palavras, proferindo-as sempre em tom despreocupado e agradável.

Sua trajetória, à frente de dois projetos nacionais de desenvolvimento, encontra-se dividida em duas etapas, iniciando-se no primeiro governo Getúlio Vargas, interrompendo-se no final do governo Eurico Gaspar Dutra e retornando com as eleições que sagraram Juscelino Kubistchek a presidente da República e José Ludovico de Almeida governador de Goiás, tendo o próprio Bernardo Sayão como vice. De 1941¹² a 1950¹³, Sayão esteve à frente da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), enquanto que, de 1955 a 1959, foi vice-governador de Goiás e diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), departamento responsável pela construção da rodovia Belém-Brasília.

Figura 01: Bernardo Sayão em dez momentos



1. Atleta do remo; 2. Mergulho no rio das Almas; 3. Inauguração da ponte sobre o rio Das Almas; 4. Vice-governador de Goiás; 5.6. Diretor da Novacap; 7. Café com JK. 8.9. Alistando trabalhadores; 10. Cortejo fúnebre com JK e Israel Pinheiro à frente. Fonte: elaborado pelo autor a partir de Sayão (1984) e Arquivo Público do Distrito Federal

¹² Nomeado em, 1941, administrador em comissão da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (sede Provisória em Anápolis), por Decreto de 12.3., de acordo com o Art. 14, item 11 do Decreto-lei 1713 de 28.10 (cargo criado pelo Decreto-lei 3071, D.O. de 14.3.41). Ainda em 1941 foi designado pela Portaria nº 321 de 21.7.941, para fazer parte da Comissão que deverá escolher o local da sede da Colônia Agrícola Nacional em Goiás. Cf. *Revista Brasília*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 51-67, jan. 1959, p. 3.

¹³ Por Decreto de 28.11.1950, exonerado do cargo em comissão de Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, D.O.30.11. Cf. *Ibidem*, op. cit.

Sayão (1984) rememora o aspecto descontraído e informal de seu pai que, sempre que avistava um camponês com um membro mutilado, o apelidava de “Zé Toco”. Da mesma forma, sempre que se deparava com um automóvel velho, referia-se ao seu dono com o termo “Zé Ximbica”. Apesar de politicamente incorreto, para os dias atuais, essa sua forma de abordagem era corriqueira entre seus pares, atuando como um “fio condutor” de aproximação, numa época em que as regras de convívio eram sancionadas pela anuência de cada partícipe, indiferente se esse consentimento proviesse do grau de instrução, de alguma forma de intimidação ou da inibição por parte do interlocutor.

A abordagem envolvendo a figura de Sayão, assim como a comparação de suas ações com as de outros vultos emergidos do processo de modernização do Brasil, suscita no observador a sensação de reprise da história. Seus feitos confundem-se com os de outras personalidades já consagradas pela aventura propiciada pela expansão das fronteiras do país. De acordo com Cardoso e Brignoli (1983) sempre é possível encontrar informações já ratificadas em outros períodos da história. Como exemplo disso, na história nacional, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – CGG (1886-1931), um projeto genuinamente orientado pela proposta de ruptura das fronteiras do país, recuperou parte dos métodos provenientes de sua antecessora, a Comissão Geológica do Império do Brasil (1875-1878). Igualmente, a construção da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – CEFNOB (1906) compartilha das mesmas dificuldades com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912), sobretudo em relação às condições nosológicas, as quais abriram caminhos para o avanço da ciência, através de figuras como Oswaldo Cruz (1872-1917) e seu discípulo Arthur Neiva (1880-1843), mas também pelo confronto com os indígenas, o qual elevaria o número de mortos ao longo da construção da CEFNOB (GHIRARDELLO, 2002). Cabe ainda dizer que a “Questão do Acre” corroborou a construção do vulto sobre a pessoa de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o “Barão do Rio Branco”, na medida em que este, por meio do Tratado de Petrópolis, de 1903, pôde evitar a extensão do conflito entre brasileiros e bolivianos pela região (GONÇALVES, 2018).

Igualmente, a trajetória de Sayão parece repetir um itinerário desenhado em outras ocasiões da história nacional, despontando como extensão da “Marcha para o Oeste” que incluiria ainda a Expedição Roncador-Xingu, cujo enredo ostentava posições já defendidas pelo Marechal Rondon (ROHTHER, 2019). Outro exemplo está na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas – CLTEMTA (1907-1915), cuja missão era estender a comunicação do Rio de Janeiro até as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia. Além da ligação telegráfica, a missão médico-militar, com todas as dificuldades já alistadas, forjou o heroísmo no Marechal Rondon (PEREIRA, 2018).

Se, por um lado, o “telégrafo” foi tido como signo de integração na expedição de Rondon, por outro, a “estrada” cumpriria essa função na trajetória de Sayão, visto que, conforme avançava, conectava pessoas e lugares, revitalizando as cidades, ressignificando os espaços e ratificando a importância das populações em torno de um projeto único de modernização. Deste modo, Sayão e Rondon partilham da condição de vultos do processo de integração do país, considerando que até o final da Primeira Guerra Mundial não se falava em interiorização como ação expansionista, voltada para a integração das regiões brasileiras, mas apenas como forma de afastar a sede administrativa do litoral, por questões preventivas (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 2012).

Observa-se que a questão envolvendo a integração do país esteve em pauta em ambos os eventos. No âmbito da construção da rodovia Belém-Brasília, ligando Brasília (em construção) à região amazônica, pretendia-se abrir o escoamento da produção regional e integrar o mercado interno, enquanto que a CLTEMTA tinha, como proposta, expandir a rede de comunicação do Sudeste até as regiões limítrofes do Noroeste. Embora a proposta de expansão da comunicação estivesse presente na primeira etapa da telegrafia, datada de 1852, o intuito principal nesta fase era inspecionar o território, visando combater o tráfico negreiro, após a sua proibição pela promulgação da Lei Eusébio de Queiroz de 1850:

Com o fim do tráfico negreiro, o telégrafo perdeu seu principal mote de existência, e não foi substituído por outro. Isto porque o telégrafo não foi percebido como um efetivo instrumento de comunicação. Sua imagem foi marcada muito mais como um dispendioso experimento de física. Sem uma finalidade explícita, o telégrafo caiu no ostracismo de um serviço público sem função (SILVA, 2011, p. 51).

Na etapa moderna da interiorização do Brasil, chama a atenção o fato de o telégrafo apresentar-se como signo do progresso em uma época em que já se achava obsoleto, com pelo menos quarenta anos de atraso (ROHTER, 2013). A princípio, a explicação para isso não se encontra no custo entre telefonia, já existente no Brasil, e telegrafia, haja vista que, tanto uma como a outra detinham custo elevado. De qualquer forma, a experiência com as linhas telegráficas parece ter moldado o caráter de Rondon, enfraquecendo dele a imagem do “militar” – tão reverenciada no Brasil como fator predominante no panteão dos heróis da República –, realçando a imagem do sertanista indigenista científico (PEREIRA, 2018).

Acerca do perfil de Sayão, dois relatos chamam a atenção pela forma espontânea e sem vínculos com que são feitos: o do romancista luso-estadunidense John dos Passos¹⁴ (1889-1970) e o do escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, Antônio Callado¹⁵ (1917-1997). Passos (2013), a partir do seu encontro com Sayão em Ceres/GO, em 1948, relata ter ficado impressionado com o seu conhecimento sobre o projeto da CANG, com sua capacidade administrativa e com o fato dos burocratas do Estado não terem valorizado um homem que trabalhava veementemente por prazer, ao ponto de processá-lo por ter destinado recursos à interligação terrestre da CANG, em vez de utilizá-los conforme as orientações vindas do Rio de Janeiro.

¹⁴ John dos Passos se interessou pela história de Sayão após ter lido um artigo de 1947, publicado na revista americana *Time* pelo jornalista brasileiro Hernane Tavares de Sá. Posterior a isso ele escreveria outro artigo sobre Sayão, publicado como folha de rosto pela também americana *Life*. Bernardo Sayão: GONDIM, Hugo Gouthier de Oliveira. *Bernardo Sayão: bandeirante moderno*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Presidência da República, 1959, p. 100-101.

¹⁵ Escritor e jornalista designado pelo secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, para o cargo de subsecretário com a função de chefiar o Departamento de Informações Públicas da organização mundial. Foi o primeiro brasileiro a ocupar o cargo desde a fundação da ONU. Cf. SAYÃO, 1984, p. 247.

Além de ressaltar a integridade de Sayão, Antônio Callado destacou uma dualidade em torno de sua imagem, na qual, ao mesmo tempo em que era adorado em Ceres/GO era execrado no Rio de Janeiro/RJ. Entre as características, por ele ressaltadas em Sayão, destacam-se o seu espírito “conciliador”, em ocasiões de conflitos conjugais, conforme observados, o de “conselheiro justo” e, o mais emblemático deles, o “sujeito desapegado”, o qual poderia ter erguido um império para si, porém, contrariando essa intenção, se realizou fazendo aquilo que mais gostava, morrendo pobre sem deixar herança aos filhos (CALLADO, 1959, p. 20-23).

Rohter (2019), que via no Marechal Rondon o maior explorador dos trópicos de toda a história, destacou nele um perfil descontraído. Não obstante, o seu paternalismo em relação aos indígenas, institucionalizado através da administração do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), o instigou a protegê-los contra a investida de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e seringueiros que cobiçavam suas terras. É presumível que essa atitude tenha relação com sua ascendência dos povos *guainá*, *terena* e *bororo*: (PEREIRA, 2018).

No que tange à aventura, o Marechal Rondon esteve exposto às mais atribuladas condições nosológicas, às diversas epidemias, além de ter, por inúmeras vezes, se lançado à subida pelos traiçoeiros rios Madeira e rio da Dúvida. Em contrapartida, a navegação não constava no itinerário de Sayão. Nesse ambiente, as figuras mais destacadas haviam sido a do cabo Thomaz de Souza Villa Real, no final do século XVIII, e a do General José Vieira de Couto Magalhães, presidente da Província de Goiás por entre os anos de 1863 e 1864. Nos tempos de Sayão, o antigo projeto de navegação pelos rios Tocantins e Araguaia já não ocupava o interesse das autoridades, ao passo que se extinguia do imaginário coletivo. Porém, mesmo estando isento da aventura náutica, não é oportuno afirmar que o projeto de expansão de Sayão, por via terrestre, tenha sido menos perigoso do que as experiências referidas, haja vista a sua morte em pleno ofício.

O espírito aventureiro constitui um fator essencial na trajetória dos grandes vultos. Em contrapartida, Miceli (1994) aponta elementos contraditórios na história

daquele que é considerado o principal herói nacional brasileiro, a saber, Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes” (1746-1792). Entretanto, tais contradições não o desqualificam em relação à sua importância e significado histórico, conforme revelou a sua pesquisa amostral. Todavia abrem caminho para situar elementos forjados em sua personalidade, como método para se preencher páginas herméticas de sua vida, sobre as quais pouco se sabe. Nesse intento, destaca-se a adaptação de Jesus Cristo, que se observa tanto em sua aparência física como em seu sacrifício, seguramente o artifício mais categórico em produzir efeitos subliminares de identificação coletiva que já se teve notícia no Brasil.

Para Cainelli (2004), o uso da simbologia do Cristo, em um país caracterizado pela profunda religiosidade de seu povo, faz com que a distância temporal, entre esse povo e o vulto aludido, seja encurtada, ofuscando os aspectos conflitantes de sua vida e facilitando a projeção de sua figura heroica. Não obstante, Carvalho (1990) chama a atenção para o fator geográfico que pode ter sido decisivo para o triunfo de Tiradentes como herói nacional, haja vista que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais haviam sido as três capitanias pelas quais ele havia lutado pela independência.

Não menos sedutora é a imagem do bandeirante, frequentemente associada à figura de Sayão. Tal associação provém de uma atmosfera poética, na qual as bandeiras aparecem como “atores sociais” na edificação das bases para uma experiência pioneira, efetivamente democrática e multirracial sobre regiões “desconhecidas” do Brasil. Ricardo (1970) aborda a ação das bandeiras dentro de um único paradigma que ele denominou de “Marcha Para o Oeste¹⁶”, como projeto original de nação, sem interferência externa. Em sua formulação, o bandeirante figuraria de forma pitoresca, imbuído da responsabilidade de liderar e guiar o povo em direção àquilo que seriam as bases para uma democracia.

¹⁶ A expressão, utilizada pelo autor, refere-se a todo período de ação dos bandeirantes pelo interior do Brasil e não apenas ao programa político implantado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), haja vista que a expressão já se registrava na história dos Estados Unidos. Cf. ROHTER, 2019.

Nos tempos de Sayão ainda se conservava a aura romântica em torno da imagem do bandeirante, contraditoriamente construída a partir da exploração de minerais e de outros recursos, além do extermínio e/ou da incorporação dos povos indígenas. Entretanto, tanto a violência contra os indígenas, como a negligência com a natureza, podem facilmente ser apagadas da memória coletiva em favor dos ideais de progresso encarnados em uma figura heroica, como valores e qualidades coletivas de um grupo restrito (SCHMIDT, 2012).

Juscelino Kubitschek, entusiasmado pela obra do romancista Clodomir Viana Moog (1906-1988) “Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas”, de 1954, havia sido o primeiro a atribuir a alcunha ao engenheiro. Na opinião do presidente, a inquietude teria sido a “característica bandeirante” mais evidente em Sayão. Em contrapartida, Passos (2013), em nenhum momento se utiliza da alcunha para se referir a Sayão. Considerando que a formulação de seu relato se deu a partir de sua visita a Sayão em 1948 em Ceres/GO, supõe-se que o “bandeirante moderno” estaria vinculado à Belém-Brasília especificamente. Presume-se que a CANG teria provocado uma insatisfação nos fazendeiros da região, em conluio com os políticos da capital, a qual se ratifica pelos constantes envios de comissões de inquérito à CANG a fim de importuná-lo. Tal clima não se verifica na segunda etapa de sua trajetória, inaugurada a partir do caloroso retorno de Sayão a Goiás, como candidato favorito a vice-governador nas eleições de 1954, e consagrada pela a sua atuação frente ao projeto de construção da Belém-Brasília.

Para narrar o seu desaparecimento, seis versões¹⁷ foram consultadas, distintas em pequenos detalhes acerca do acidente. Contudo, todas elas situam-no na manhã do dia 15 de janeiro de 1959, quando, acomodado em uma rede¹⁸ e tendo sobre o seu colo um mapa a orientar os trabalhadores na execução de suas tarefas, o então diretor da

¹⁷ Kubitschek (2000); Passos (2013), Callado (1959), a do Jornal de Notícias de Goiânia (edição de janeiro de 1959), a do Correio da Manhã (edição de Janeiro de 1959) e a do trabalhador que testemunhou o fato relatado no documentário “Caminho das Onças”, disponível em: <https://youtu.be/JDhV3YfChNE>

¹⁸ Outras versões falam que Sayão estava em pé, em um jipe ou sentado a uma mesa tosca.

Novacap se viu atingido por uma árvore ¹⁹ de aproximadamente 40 metros que tombara sobre a barraca em que estava. O incidente, ocorrido de modo repentino, sem qualquer chance de escape, lhe causou fraturas expostas em várias partes do corpo. Imobilizado por lençóis, pelos próprios trabalhadores, foi conduzido, como em “procissão”, por cerca de 40 quilômetros pela mata, do trecho entre Imperatriz/MA e Guamá/MA, sendo resgatado de helicóptero por volta das 16h00 e levado ao hospital municipal de Açailândia/MA, onde falecera às 19h30²⁰.

Considerações finais

Reconhecido como herói nacional do processo de modernização do Brasil desde 2019, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Bernardo Sayão antecipou esse atributo a partir do instante em que o entusiasmo em contribuir com a construção da nação tornou-se o seu ideal. Apesar disso, a forma trágica como se deu o seu desaparecimento, em pleno ofício, havia se revelado decisiva para o triunfo de sua imagem mítico-heroica, suplantando quaisquer aspectos questionáveis que se levantassem contra sua índole.

A derrubada de árvores consiste na principal tarefa no processo de abertura de estradas. De modo que não seria difícil construir a retórica da vingança da natureza, como se “Curupira” tivesse cobrado por suas perdas. Conforme Arruda (2000), residia, durante esse período, um misticismo em torno do sertão, como lugar despovoado, coberto por matas sombrias que ocultavam profundos mistérios, todavia, rico em recursos, esperando a interferência do homem civilizado para despertá-lo do sono em que se achava.

¹⁹ Outras versões falam que se tratava de um galho apenas.

²⁰ Essa descrição constitui uma síntese construída a partir da leitura de 48 discursos, relatos e matérias jornalísticas do ano de 1959. Com algumas exceções, o material encontra-se reunido na “Documentação da Presidência da República” organizada pelo embaixador brasileiro na Bélgica Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, que foi casado com Laís Sayão, portanto, genro de Bernardo Sayão.

Por sua vez, a natureza, tida como “obstáculo” ao progresso, em uma época em que a preservação do meio ambiente não ocupava a agenda política do país, pintaria a cena do “desbravador” tombado pela floresta. Conforme havia dito o presidente JK, “pode-se dizer que Bernardo Sayão ofertou de sua própria vida ao seu ideal”. Ainda que não registrada em foto, tal cena congelar-se-ia no imaginário coletivo, permitindo uma infinidade de versões, como aquela em que o herói derrubara o mais difícil dos obstáculos encontrados ao longo de sua jornada, como um rei morto em batalha²¹. No intuito de suavizar a carga de absurdidade da trama, a retórica tece a imagem do corpo abatido ao chão, contrastando-a com a gigantesca árvore que, também abatida, cedia passagem para que as tropas, que o encobriam, dessem continuidade à sua marcha.

Referências

- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.
- BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo**. Vol. II. Petrópolis-RJ, Vozes, 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.183-191.
- BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CAINELLI Marlene. *A construção dos heróis e a memória nacional entre os não-letrados*. **História & Ensino**, Londrina, v. 10, p. 5-19, Out. 2004.

²¹ Rememorando Ricardo I da Inglaterra (1157-1199).

- CALLADO, Antônio. *Bernardo Sayão: vida e morte do bandeirante*, **Visão**, São Paulo, fev. 1959, p. 20-23.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Edições Gruel, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DURÃO, José de Santa Rita. **Caramuru: poema épico do descobrimento da Bahia**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo, Global, 2006.
- GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- GONÇALVES, José Manoel Ferreira. **História das Ferrovias do Brasil: Madeira-Mamoré**. Vol. 1. Curitiba, Sendas Edições, 2018.
- GONDIM, Hugo Gouthier de Oliveira. **Bernardo Sayão: bandeirante moderno**. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Presidência da República, 1959.
- GUARACY, Thales. **A conquista do Brasil: como um caçador de homens, um padre gago e um exército exterminador transformaram a terra inóspita dos primeiros viajantes no maior país da América Latina**. São Paulo: Planeta, 2015.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão da História: uma introdução geral à filosofia da história**. São Paulo: Centauro, 2001.
- KUBITSCHKE, Juscelino. **Por Que Construí Brasília**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 2000.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAXWELL, Kenneth R. **A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil/Portugal, 1750-1808**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MICELI, Paulo. **O Mito do Herói Nacional**. São Paulo: Contexto, 1994.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História, Memória e Tempo Presente*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. VAINFAS, Ronaldo. (org). **Novos Domínios da História**: Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 21-36.

PASSOS, John dos. **O Brasil em Movimento**. São Paulo: Editora Benvirá, 2013.

PEREIRA, Robson Mendonça. *O heroísmo como artefato: interfaces na narrativa autorreferente de Couto de Magalhães, Getúlio Vargas e Cândido Rondon*. XXVIII Simpósio Nacional de História. **Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios**, Florianópolis, 2015.

PEREIRA, Robson Mendonça. *A Comissão Rondon no noroeste do Brasil e sua atuação médico-militar: trabalhadores, malária e propaganda (1907-1915)*. In: MAGALHÃES, Sônia Maria de. SILVA; Leicy Francisca da; MACIEL, Roseli Martins Tristão. (org.). **Histórias de Doenças: percepções, conhecimentos e práticas**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 247-266.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. **Teoria e História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1970.

_____. **Martim Cererê: o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis**. São Paulo: São Paulo Editora, 1928.

ROHTER, Larry. **Rondon: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAYÃO, Léa. **Meu Pai, Bernardo Sayão**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

SCHMIDT, Benito Bisso. *História e Biografia*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. VAINFAS, Ronaldo. (org.). **Novos Domínios da História**: Rio de Janeiro: Campus, 2012, p. 187-205.

SILVA, Mauro Costa da. *A Telegrafia Elétrica no Brasil Império: Ciência e Política Na Expansão da Comunicação*. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 49-65, jan | jun 2011, p. 49-65,

TAUNAY, Affonso de. **Grandes Vultos da Independência Brasileira: Publicação Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência Nacional**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Ensaio Histórico Sobre as Letras no Brasil**. Rio de Janeiro, Organizações Formigão, 2020.

VILLAS BÔAS, Orlando. VILLAS BÔAS, Cláudio. **A Marcha para o Oeste: a Epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp; RODRIGUES, José Honório. *Como se Deve Escrever a História do Brasil*. **Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan. 1845.

Outros

Jornal de Notícias, Goiânia, sábado, ano III, n. 402, 17 de janeiro de 1959.

Revista Brasília, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, jan. 1959.

Documentário “Caminho das Onças”, disponível em: <https://youtu.be/JDhV3YfChNE>

O autor

Marcelino de Carvalho Santana

Universidade Estadual de Goiás – UEG

Recebido em 04/2022 • Aprovado em 06/2022 • Publicado em 07/2022